

Marcelino da Mata, Tenente-Coronel 'Comando'

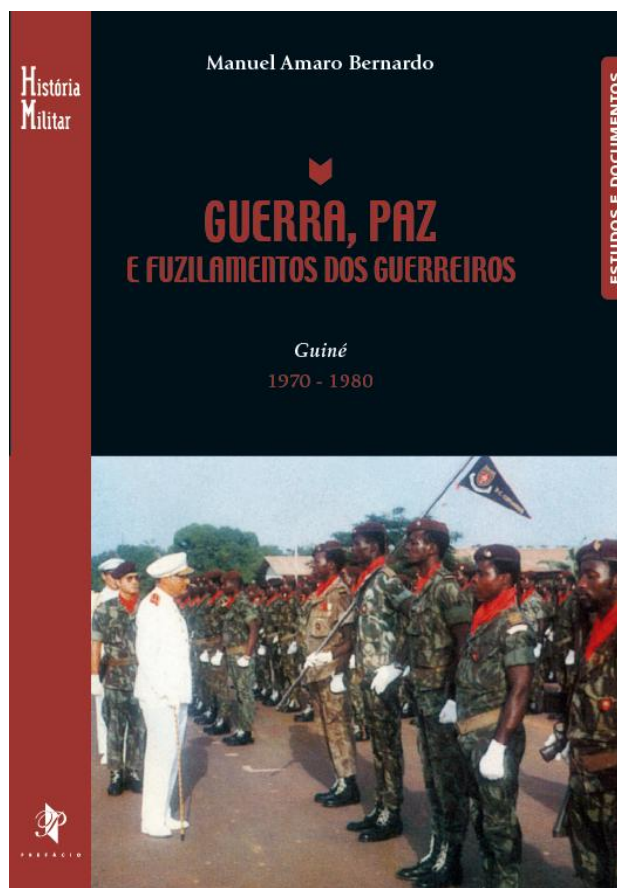
O militar mais condecorado de toda a história das Forças Armadas Portuguesas



in livro:

«GUERRA, PAZ E FUZILAMENTOS DOS GUERREIROS»

autor: Manuel Amaro Bernardo



4. Entrevista com o Ten-Coronel Marcelino da Mata (1)

P: É um oficial com o curso dos “Comandos”. Como entrou nos “Comandos”?

R: Em 1964, o Maurício Saraiva e eu demos instrução aos oficiais e sargentos, que iriam constituir alguns grupos de comandos.

O meu grupo designado por “Panteras” actuou na área de Pirada, com um alferes, que entretanto regressou à Metrópole por ter acabado a comissão. Quando o seu substituto chegou, ocorreram problemas entre nós e fui transferido para o Quartel-General, em Bissau. Aqui sentia-me muito frustrado, pois apenas me puseram a conduzir viaturas e eu queria era ser um operacional. Fui à 4.^a Repartição e disse ao capitão: “Eu não fico cá. Ou me mandam para uma zona operacional ou fujo daqui.”

Entretanto apareceu lá o Porfírio Pereira da Silva, que era o 2.^o comandante do Batalhão de Caçadores n.º 1887, que perguntou se eu queria ir para Farim. Disse-lhe querer ir para Pirada, onde a guerra estava mais “assanhada”, mas aceitei ir com ele.

Naquela localidade, quando me apresentei ao comandante, o Ten-Coronel Agostinho Ferreira, afirmei-lhe querer formar um grupo de operações especiais. Ele não concordou...

Então para mostrar que podia fazer tal actuação, num determinado dia peguei em cinco homens e saí do quartel em direcção a uma base do PAIGC, situada a 3,5 Kms de Farim, numa destilaria de aguardente. Atacámos à noite e trouxemos nove presos, carregando 65 armas apreendidas. Às 6 horas da manhã já estava a bater na porta do quarto do comandante, a chamá-lo. Ele não queria aparecer, mas insisti. Quando surgiu, perguntou o que é que eu queria dele. Disse-lhe: “É para mostrar armas”. Ripostou: “E quais são as armas que eu não conheço?” Respondi: “Estas não conhece, pois são do PAIGC”. Espantado, perguntou-me como tinha sido a actuação. Respondi: “Olhe! Eu nunca digo como faço as minhas operações. Fui lá, matei alguns e trouxe estes.”

Disse ele: “Então deixa os prisioneiros andar com armas?”. Retorqui eu: “Não faz mal; então não são homens como nós?! ...”

Na manhã seguinte, na estrada Farim – Jumbembém, vi que os tipos do PAIGC subiam às árvores e focavam o quartel todo. À tarde peguei na mota de um soldado fotógrafo, que tinha a alcunha de “brigadeiro” e fui ter com as sentinelas do lado donde eles faziam isso. Disseram: “São bandidos..., do PAIGC”.

Às 4 horas da madrugada peguei em seis homens e acabei apanhando cinco elementos do PAIGC. Quando cheguei perto do quarto do comandante, chamei por ele. Apareceu resmungando e quando lhe

apresentei os indivíduos e o que andavam a fazer, disse: “Este tipo é tramado...”

No terceiro dia, quando me desloquei à pista de aviação de Farim, via-se, no final da mesma, um grupo de tipos do PAIGC armados com armas automáticas PP Sagal (metralhadoras com tambores de munições). Perguntei: “Então ninguém vai lá atacá-los?” Disseram que não...

Fui falar com o chefe das milícias locais para me arranjar 12 homens. Depois fui ter com os cozinheiros, impedidos dos bares e outros assim e pedi-lhes as suas espingardas G3. Levei-as para minha casa onde foram todas bem limpinhas e carregámos com munições impecáveis...

Quando eram 23H45, furámos as duas fiadas de arame farpado e fomos apanhar a estrada para Jumbembém. Atravessámos o rio, demos a volta e fomos sair atrás deles. Ficámos lá instalados também com uma metralhadora e uma bazooça e, quando eram 4 horas, as armas começaram a “cantar”; foi um grande “arraial”... Apanhámos 60 tipos à mão, depois de termos morto cerca de 40. As armas capturadas foram 23. Fizemos o percurso inverso e entrámos no quartel através do arame farpado. E às 6H00 lá estava eu a bater outra vez à porta do comandante, tendo-se repetido as cenas dos dias anteriores.

No dia seguinte de manhã, chamou o 2.º comandante e disse: “ Diz lá àquele tipo que pode formar o grupo de operações especiais.” Foi a partir daí que formei o grupo “*Os Roncos*”.

Libertando prisioneiros no Senegal

P: Pretendia que avançássemos mais no tempo. Em 1970, tem alguma operação que queira destacar?

R: Nesse ano de 1970, na base do PAIGC, em Zinguichor, estavam sete militares portugueses presos (um furriel e seis soldados), com água pelo joelho nas celas, onde faziam tudo... Então veio um coronel do comando-chefe a propor a minha actuação para os libertar. Outro oficial contactou igualmente comigo. Comprometi-me a actuar, tendo-lhes pedido para não falarem nessa minha operação a ninguém.

Fomos apenas dois: eu e o Silva Indafá, com um embrulho com armas desmontadas e fitas de metralhadora; chegámos àquela localidade como contrabandistas, indo eu vestido com roupas compridas, estilo árabe, e calças por dentro. Entrámos dentro do quartel e começámos aos tiros. Foram abatidos bastantes elementos. Depois arrombámos a porta da prisão e chamei pelo nome do furriel, que perguntou quem eu era. Quando lhes disse ser o Marcelino da Mata saíram logo todos para fora daquele estercó, praticamente apenas em cuecas. Passámos por uma cantina onde arranjámos uns trapos para eles protegerem os pés, face à longa caminhada

que nos esperava – cerca de 100 Kms. Andámos dois dias na mata e apesar da perseguição de um forte grupo do PAIGC, conseguimos atingir a fronteira junto de Guidage, com muito esforço e respondendo aos ataques dos guerrilheiros. Vieram, depois, uns helicópteros para transportar os militares para Bissau...

P: Ainda em Abril de 1970, ocorreu o caso da morte dos três majores, no chão manjaco. Também participou na reacção feita contra o PAIGC?

R: Sim. Andei, desde Teixeira Pinto até Farim, durante bastante tempo, a pé, na perseguição ao grupo que executou os nossos militares. Depois, soube-se que os tipos do PAIGC destinados a encontrarem-se com os majores não foram nesse dia ao encontro marcado e o grupo do André Gomes que ocasionalmente andava em patrulha naquela área, ao ver as nossas viaturas, fizeram o ataque e mataram todos, com excepção de um elemento que os acompanhava como intérprete, chamado Issufo e que ainda hoje reside em Bissau. Quando o Luís Cabral diz que mandou matar os majores, é mentira, pois não houve a intenção de fazê-lo...

A Operação de Invasão de Conakry

P: Avancemos para a Operação Mar Verde, de invasão da Guiné-Conakry. O que tem a dizer sobre os preparativos feitos?

R: Fui para a ilha de Soga em Agosto de 1970, isto é, três meses antes da sua execução. Fomos dar instrução aos tipos da “Front de Libertation” da Guiné-Conakry. O primeiro grupo destes elementos que detectei, surgiu junto da casa da minha mãe. Com aquele dialecto muito diferente, considerei ser muito estranho; então ia mandar chamar a PIDE, para os prender... Depois a meio do caminho arrependi-me. E ainda bem pois ia estragar a concentração para a operação. Quando contei ao Alpoim Calvão ele fartou-se de rir.

Fomos sete homens, incluindo eu e o Rebordão de Brito e demos a instrução até à partida para Conakry.

P: Nessa operação existiram falhas no cumprimento da tomada dos objectivos...

R: Claro! Os russos pagaram dinheiro a quem lhes forneceu a informação. Assim o Sékou Touré foi alertado para a invasão. Não vou dizer mais nada sobre isso...

P: O Luís Marinho no seu livro “Operação Mar Verde” diz que o Januário se entregou com os seus homens.

R: É mentira! Depois de quase todos terem voltado para os barcos, eu ainda estava em terra, e vi o Januário a fazer sinais com a sua lanterna, a partir do tarrafo. Às 3 horas e meia da tarde ainda ele lá estava Mas os

fuzileiros navais tiveram medo, pois já havia grande tiroteio. Assim ninguém os foi buscar.

Eu também fiquei na beira-mar à espera e foi preciso ir lá o Rebordão de Brito buscar-me, cerca das quatro da tarde, pois os outros tiveram medo...

P: Porque é que ele o lá foi buscar?

R: Nós os dois é que tínhamos dado instrução àquela gente toda durante aqueles meses... A nossa relação era maior do que amigos. Nós éramos como irmãos. O meu grupo era constituído por nove elementos. Depois de ele (Rebordão) e um com alcunha do “Setúbal” me transportar e ao cadáver do alferes, ainda lá voltou para trazer o resto do grupo.

P: Qual era missão do Januário?

R: Era ficar no cruzamento a dar cobertura às outras equipas, com dois morteiros 82 mm, a disparar para o lado do quartel de Alpha Yaya, da tropa de Conakry e do quartel do PAIGC. Quem foi ao aeroporto foi o Cicri Vieira...

P: Houve problemas com mais alguém?

R: Antes da saída, o Leal de Almeida começou a chorar dizendo que não ia para Conakry para morrer, e que tinha mulher e filhos. Ele “borrou as calças”. Então o Calvão deu-lhe duas bofetadas e caiu junto da borda do patrulha.

Outro que creio também levou do Calvão foi o Capitão Morais. Mas esse foi ao objectivo, que era ir ao aeroporto rebentar com os Migs (não estavam lá). Ainda andou às costas do Cicri Vieira, pois teve um problema numa perna...

P: Luís Marinho, no referido livro, transcreve uma afirmação do comandante da Defesa Marítima, que disse ter o Marcelino da Mata morto 94 homens? É verdade?

R: Foi isso que eu disse, mas ao todo talvez seja o dobro. Eu tinha uma metralhadora de fitas, que utilizei bastante na entrada do quartel. Quanto ao Calvão ter ficado aborrecido comigo por ter morto tipos que estavam metidos no golpe, é verdade, pois alguns até eram generais... É que, logo de início, o alferes que comandava o meu grupo, foi morto com uma rajada. Era um principiante (“periquito”) que nunca entrara em combate. Então, fui eu a tomar conta do comando do grupo, constituído por nove homens. Tinham-nos dito que estavam lá apenas cerca de 40 homens. Afinal era um regimento, da considerada tropa especial, mas que actuaram como carneiros... Terão sido algumas centenas de mortos.

Em relação aos outros objectivos posso dizer que eu já tinha deitado abaixo uma emissora e o Calvão dizia que continuava a falar. Era a outra que devia ter sido rebentada pelo Jamanca. Ele quando lá chegou viu carabinieri armados e teve medo.

O grupo que tinha como objectivo o Palácio do Presidente Sékou Touré não quis enfrentar a guarda que lá se encontrava e mandou apenas uma

equipa (cinco homens) que foi dizimada, com excepção do Nanque; este conseguiu fugir a nado e, após alguns dias no mar, foi parar à costa de Marrocos. Depois andou pela Europa e só regressou à Guiné, mais de um ano depois.

Entretanto eu e os homens do meu grupo, tivemos que transportar o corpo do alferes para o cais, que ficava bastante longe. Utilizámos uma viatura, que no caminho avariou. Estávamos a ver os barcos já com a proa apontada ao ar...

Voltámos ao quartel e fomos emboscados por um grupo de militares da Guiné-Conakry; fizemos mais duas dezenas de mortos. Nesta altura já estávamos sem comunicações rádio, pois o elemento que o transportava deixou-o cair na água.

Assim quando cheguei ao cais, já cerca das 3 horas da tarde, e como referi, foi o Rebordão de Brito que conseguiu voltar atrás para me levar.

P: Então o que passou com o Calvão quando lhe apresentou as divisas e galões dos 94 elementos mortos no quartel do Exército da Guiné-Conakry?

R: Eu não sabia das combinações feitas com o alferes e os tipos do “Front National”, que apenas era do seu conhecimento; lembro que ele foi logo morto na fase inicial. Também me recordo que o Alpoim Calvão não confiava em mim, pois andámos duas semanas (dia e noite) a discutir quem devia comandar o grupo que iria ao Palácio do Governo. Eu queria comandá-lo; no entanto acabou por nomear o João Bacar Jaló.

Quando disse que tinha morto aqueles indivíduos todos, o Calvão ficou danado... Eu afirmei-lhe: “Então você tinha-me dito alguma coisa? Eu não sabia de nada e o alferes não teve tempo para me dizer...”

Problemas com o General Spínola

P: Consta que teve problemas com o General Spínola. O que aconteceu na realidade?

R: Quando lá chegou em 1968, alguém lhe foi dizer que eu era um informador... Tinha ganho a Torre Espada, no tempo do General Arnaldo Schultz. Tal acontecera como resultado da minha actuação em Kumbamory (Senegal), em 1967. Foi a primeira vez, pois voltaria a actuar nessa base do PAIGC, também em Maio de 1973. Naquela altura, já possuía duas Cruzes de Guerra (uma de 1.^a classe e outra de 2.^a classe) e acabaria por ganhar a referida Torre Espada em 1969.

Recebi a missão de lá ir, quando comandava o “Grupo dos Roncos”. Veio um oficial chamado Camilo, a quem nós chamávamos Camelo... “Vais lá, onde apenas se encontram trinta homens...”. Afinal era um regimento: entre elementos do Exército do Senegal e tipos do PAIGC, deviam ser cerca de três centenas.

Nós éramos apenas nove e tivemos dois feridos ligeiros. Capturámos dois morteiros 82 mm, armas e metralhadoras, que vieram às costas de 16 prisioneiros...

Fui receber a Torre Espada ao Terreiro do Paço das mãos do Presidente da República, Almirante Américo Tomás.

P: Voltemos às suas relações difíceis com o General Spínola...

R: No tempo do General Schultz nunca fui punido. Com o General Spínola foi diferente. Como não gostava de mim, arranjava sempre qualquer motivo para me castigar. Lembro-me de um caso, em que corri com um tipo que estava a urinar junto da estrada onde estava a passar um casal...

P. Saiu de Farim em 1969. Para onde foi?

R: Fui para a 16.^a C.Cmds. comandada pelo Capitão Cmd Duarte de Almeida, que veio a morrer num quartel da GNR, na Ajuda, depois do 25 de Abril. Andámos por Teixeira Pinto, Bula, etc. Foram galardoados com uma Cruz de Guerra colectiva, que ajudei a ganhar com a minha participação nas operações...

Quando eles acabaram a comissão, (2) meteram-me na Engenharia.

Entretanto, depois de regressar de Conakry, ofereci-me para ir uns tempos para Angola. Em Janeiro de 1971, vim até Lisboa e daqui fui passar onze meses a Cabora Bassa, em Moçambique e não em Angola como pretendia. Lá, comparando com a Guiné, a actividade operacional era uma brincadeira... Depois o General Spínola enviou uma mensagem a mandar-me regressar à Guiné.

Criando e combatendo com o “Grupo Os Vingadores”

Quando um dia estava de sargento da guarda, em Bissau, encontrei o então Major de Cav.^a Alves Ribeiro, que me perguntou onde eu me encontrava. Respondi-lhe: “Estou na Engenharia. Veja lá se me tira de lá, pois estou farto!” Uns dias depois, na Unidade, receberam ordens para me apresentar no Centro de Operações Especiais (COE), que era comandado por aquele oficial. (3)

Disse-me para arranjar um grupo africano para operações especiais. Respondi-lhe: “Então tem que mandar fazer convites para pessoal voluntário para o constituir”. Assim foi

Quando se apresentaram 20 militares, dei-lhes instrução, tendo chumbado dois. Com os 18 restantes constitui o meu grupo: “*Os Vingadores*”...

P: Depois, como foi a vossa actuação?

R: O comandante disse que a primeira missão era “plantar” minas no Senegal. Retorqui:”Mas os meus homens não sabem montar minas!”. Afirmou não ter importância pois ia resolver o assunto com um telefonema para a Engenharia. Lá fui fazer um curso de quatro meses com o pessoal, para eles aprenderem a mexer nesse material... De regresso ao COE, quando me apresentei ao Major Alves Ribeiro, ele mandou-me, numa primeira missão, para o Senegal, colocar minas na zona de Kolda.

Seguimos cinco elementos: dois a transportar minas e três a fazer a protecção. Quando chegámos a Cuntima, queriam saber para onde íamos. Não lhes dissemos nada. Cerca das 21H30 saímos cada um por seu lado através da rede de arame e juntámos noutro local combinado, como sempre fazíamos. Atravessámos a fronteira e andámos até às 4H30.

Montámos duas minas paralelas a 70 metros de um quartel e em mais dois locais, sendo um deles na fronteira. Duas delas rebentaram naquela noite e a terceira, apenas três dias depois, com tipos da guarda fiscal do Senegal. Tivemos notícia de que morreram lá cerca de cem pessoas...

Fomos ao Senegal pelo menos mais duas vezes a colocar minas, nas áreas de Kolda e São Domingos (do lado de lá da fronteira). Numa delas matámos o pessoal de um grupo da tropa do Senegal e enterrámos as armas debaixo de uma árvore para não haver problemas...

Nas operações, dentro da Guiné, normalmente actuávamos sozinhos. Quando a tropa precisava do nosso apoio, lá íamos...

P: Em relação à Operação Ametista Real contra a base de Kumbamory, em Maio de 1973, comandada por Almeida Bruno, há uma grande diferença em relação ao quantitativo de elementos inimigos abatidos; o Marcelino da Mata, num livro, (4) refere cerca de 170, enquanto noutros livros aparece apenas 67. O que tem a dizer sobre isso?

R: Eu vou descrever o sucedido. Nós saímos de Bigene, a cerca de sete quilómetros da fronteira e o ataque era para ser feito ao amanhecer, mas o comandante, quando ouviu o barulho de tipos a circular, mandou instalar o pessoal. Depois fez avançar os aviões para o bombardeamento e apenas começámos o ataque por volta das 9 horas. Encontrámos um major de engenharia, que andava a construir a estrada. O soldado Braima Turé do meu grupo matou este oficial com um tiro, numa altura em que estávamos com uma clareira à frente, com cerca de 600 metros antes de atingirmos o paiol do PAIGC. Quando lá chegámos o Almeida Bruno foi para Guidage, com o soldado, o Braima Baldé...

Quando chegámos ao paiol, eu e mais os seis homens do meu grupo, encontrámos cerca de uma dúzia de elementos do PAIGC, que eliminámos.

Eram mais de 130 toneladas de armamento e não 90, como afirmou Almeida Bruno, e que ocupavam um espaço de três ou quatro vivendas. Não disponibilizaram o seu transporte aéreo (helis) e em vez disso vieram

os Fiats que lançaram bombas na nossa proximidade. Resolvemos ficar naquele local, sabendo que as tropas do Senegal se aproximavam. Estas passaram alvejar-nos com morteiros e nós ripostávamos igualmente com os morteiros, que tínhamos encontrado com muitas granadas no local.

Quando anoiteceu resolvemos abandonar o paiol, depois de espalhar a pólvora existente nos canhões sem recuo por todas as instalações de modo a conseguir a sua destruição. Quando estávamos a uns 100 metros começaram a rebentar os armazéns, parecendo que o céu desabava, tal a força dos estrondos. Foram cerca de vinte e tal os reventamentos, que destruíram as frondosas árvores existentes em redor.

O regresso a Guidage foi extenuante. Eu ia atrás e enfrentando os elementos do PAIGC que investiam constantemente. Quando chegámos à bolanha, junto daquela povoação, já quase não podia andar; e estávamos todos cheios de fome e de sede. Ainda por cima um homem meu, o Salifo Compassá tinha ficado ferido e tive que o carregar às costas. A finalizar ainda enfrentámos o tiroteio de uma companhia nossa, que estava junto de Guidage. Finalmente lá gritei para eles a dizer que era o Marcelino da Mata. E lá entrámos no quartel!

P: Então quantos mortos terão feito ao inimigo?

R: Foram cerca de 180 entre tipos do PAIGC e do Exército do Senegal.

P: E as baixas sofridas pelas nossas tropas terão sido 10 mortos, 22 feridos e três desaparecidos do B.Cmds/G?

R: Alguns desses mortos resultaram de tiros entre duas das companhias de comandos quando fizeram o envolvimento inicial. Depois, parte dos meus homens deram escolta ao Almeida Bruno até Bigene, enquanto eu e mais dois ficámos em Guidage, a pedido do Tenente-Coronel Correia de Campos, que lá se mantinha. Estivemos cerca de dez dias neste quartel.

Num determinado dia, cerca das duas da tarde, o capitão comandante da C.Caç 19 disse para mim: “Olha Mata, vamos fazer a malas e sair daqui para fora, pois eles vão atacar o quartel.” Retorqui: “Apenas saio daqui quando eles tiverem entrado pelo arame farpado”. Tinha montado uma metralhadora em cima do depósito de água. Além disso, os outros dois Salifos do meu grupo, um em cada lado do quartel, estavam com um morteiro 81 mm cada, enquanto eu montara outro morteiro e uma metralhadora Browning 12,7 mm.

Cerca das 14h45, os tipos do PAIGC vieram ao assalto. Pareciam bichos; derrubaram e passaram a primeira fiada de arame farpado e depois a segunda... Quando estavam a querer passar a terceira, através do apito que me acompanhava sempre, dei o sinal e começámos a descarregar as armas em cima deles, incluindo morteiros 81 e 60 mm. No dia seguinte, eram três ao tractores lá existentes a fazer os buracos onde os enterrámos, fora do arame farpado, depois de regarmos com gasolina. Nem sei quantos eram, mas foram muitos...

Dentro do quartel foram enterrados três soldados pára-quedistas, que eu sei onde estão. Espero que os que lá pretendem ir buscar os seus restos mortais (Abril de 2007), os encontrem ...(5)

P: Nessa altura a CCP 121 ainda lá se encontrava quando ocorreu esse ataque?

R: Não. Essa companhia e os fuzileiros tinham retirado para Barro. Eles já não se encontravam em Guidage, quando aí cheguei, vindo de Kumbamory, no dia 19 à noite.

Comentando a actuação de outros combatentes

P: Fez muitas operações com o então Capitão Pára-quedista António Ramos, depois ajudante de campo do General Spínola na Presidência da República, a seguir ao 25 de Abril?

R: Sim. Foram 214 operações, na maior parte com elevados riscos.

P: No tempo do General Bettencourt Rodrigues quem comandava o Centro de Operações Especiais?

R: Era o Major Veiga da Fonseca. Tinha uma certa “ronha”. Deve saber como são os tipos de artilharia... Olhe, bons combatentes eram o Carlos Azeredo e o Carlos Fabião.

O General Almeida Bruno, por ser amigo do General Spínola, acabaria ganhando a Medalha de Valor Militar e depois, com a ida a Kumbamory (Senegal), atrás descrita, seria agraciado com a Torre Espada.

P: Como explica o sucedido com a assinatura que colocou no telegrama enviado da Guiné para o Congresso dos Combatentes?

R: Isso foi feito em casa do Carlos Fabião. Era necessário que fosse assinado pelos mais condecorados dos três Ramos das Forças Armadas. Assim, quando o Rebordão de Brito me disse para eu assinar pelo Exército, li o texto e, concordando com o mesmo, assinei. A terceira assinatura era para ser de um pára-quedista; Julgo que o Coronel Alcino foi convidado para tal, mas não quis por o documento ser demasiado político...

P: Em termos pessoais como recorda a guerra que viveu na Guiné?

R: Posso dizer que, em onze anos de guerra, onde incluo os onze meses passados em Moçambique, na área de Cabora Bassa, me vanglorio por nunca ter sido ferido de maneira significativa, nem qualquer homem do meu grupo ter ido parar ao Hospital ou à morgue. Isto apesar de ter participado, sozinho ou acompanhado, nas operações mais difíceis e de maior risco que se realizaram naquele território.

Por exemplo, o depois considerado grande herói do 25 de Abril, o então Capitão Salgueiro Maia, cerca de uma semana depois de chegar à Guiné, com a sua C.Cav.^a n.º 3420, na Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO), veria a sua companhia completamente destruída, o que seria resolvido com um seu “salve-se quem puder”. Houve militares que apenas

apareceram dois dias depois e outros que seriam apanhados e ficariam detidos nas prisões do PAIGC.

Depois do 25 de Abril...

P: Sabe que já descrevi em livros anteriores o sucedido consigo na altura do “Verão Quente” (1975), quando estava na Amadora. No entanto julgo que ocorreu algo a seguir ao 11 de Março, e ainda não referido por desconhecimento...

R: Foi dois ou três dias depois do 11 de Março. Estava a voltar do Hospital, onde fora a uma consulta e o Comandante do Batalhão, Major Jaime Neves, dirigiu-se a mim e disse: “Olha! Veio uma ordem para te apresentares em Caxias”. Eu sabia lá onde era isso...

Apareceu logo um voluntário, um tenente de Artilharia, para me escoltar. Fiquei no Presídio de Caxias durante dois meses, no isolamento (cela 41).

Ao fim desse tempo, em 18 de Maio, vieram dizer-me que estava uma viatura à minha espera para me levar para o Regimento de Comandos (tinha sido mudada a designação da Unidade e o Comandante graduado em coronel). Fui para casa. Na noite seguinte, passadas 24h00, o oficial de dia, o então Capitão Ribeiro da Fonseca, mandou o oficial de ronda, Tenente Carronda Rodrigues, ir buscar-me a casa. Mas como eu já ouvira no Rádio Clube Português, que tinha sido preso “por pertencer ao grupo fascista e terrorista ELP”, dirigiu-me para o quartel.

À minha frente, o Ribeiro da Fonseca, telefonou para o Jaime Neves dizendo que queriam a minha entrega, com escolta, no RALIS, o que o comandante autorizou. Depois, aquele oficial de dia disse ao Carronda Rodrigues que me levasse, esperasse pelo fim do interrogatório e me trouxesse de volta. Tal não aconteceu assim. Ele entregou-me ao oficial de dia e veio embora.

P: A tortura a que foi sujeito no RALIS já está descrita no meu último livro “25 de Novembro de 1975; os «comandos» e o Combate pela Liberdade”. Saiu em liberdade depois de estar mais cinco meses em Caxias?

R: Sim. Fui libertado em fins de Outubro. Depois decidi ir-me embora para Espanha. Estive a trabalhar numa oficina de mecânica auto numa povoação chamada La Drada e depois noutra: Sustillo de la Drada. Ganhava para me sustentar e ainda mandava algum dinheiro para a família (mulher e quatro filhos) e despesas da casa. Estive lá cerca de um ano...

P: Mas chegou a ir nessa altura à Guiné...

R: Sim. Conheci um tipo que arranjou a maneira de me deslocar à minha terra, através de Las Palmas, Gambia e Senegal. Entrei pela fronteira Norte, passei por Bula e fui até Bissau. Estive lá (clandestino) cerca de um mês e regresssei pelo mesmo itinerário, até Madrid e a La Drada..

P: Como ia sabendo o que acontecia na Guiné com os seus amigos dos “comandos” africanos?

R: Olhe! O Zeca Lopes, adjunto do meu grupo, foi preso e fuzilado clandestinamente na zona de Farim (Canjambare), antes da retirada do Exército Português. Também ainda lá estava o Carlos Fabião.

Quando soube da sua prisão fui ao Buçaco ter com o General Spínola que lá se encontrava em férias e dei-lhe a notícia. (6) Mandou uma mensagem para o Fabião, mas ele não ligou nenhuma. Nessa altura aconteceu algo semelhante com um civil, preso em Bissau e fuzilado a seguir.

P: Sucedeu mais algum caso desses com os comandos africanos, nessa altura?

R: Aconteceu com o Tenente Tomás Camará. Ele tinha apanhado um tiro e aquando do 25 de Abril estava no Hospital da Estrela, em Lisboa. Teimou que havia de regressar à Guiné. Até cheguei a andar à pancada com ele no Estado-Maior do Exército, mas não serviu de nada...

Quando desembarcou, prenderam-no logo no aeroporto e levaram-no para Cumeré, onde o fuzilaram, talvez mais tarde. A família apenas ficou com a mala que ele levou de Lisboa. Isto tudo se passou ainda com o Exército português na Guiné, antes da independência.

P: Quem foi que convenceu o Marcelino a vir para Lisboa? Foi o Carlos Fabião?

R: Não. Eu era para não vir. Só que naquele acidente com uma granada rebentada por um soldado do meu grupo, dentro do quartel e a seguir ao 25 de Abril, fiquei com um estilhaço junto da rótula. Então um médico disse-me que se não fosse operado poderia ficar coxo. Assim, tinha que ir para Lisboa para tratar do joelho. Estive um mês no Hospital de Belém e como ninguém me dizia nada, fiz barulho e lá me fizeram uma radiografia para confirmar ou não o problema do joelho. E assim não houve necessidade de operar, como já antes não era preciso O que se passara? Na Guiné sabiam que eu dispunha mais de 40.000 militares negros para fazer um golpe e impor as eleições, pois o PAIGC não tinha tantos meios militares como nós, guineenses, que tinham combatido por Portugal. Assim, arranjam aquele pretexto com a conivência do Carlos Fabião e do Director do Hospital de Bissau... Quando verifiquei a mentira sobre o meu joelho ainda quis embarcar, mas não havia lugar nos aviões.

P: O que tem a referir sobre o sucedido depois da independência?

R: Os cabo-verdianos até queriam mudar o banco da Guiné para Cabo Verde, mas o Primeiro-Ministro, Francisco Tê, que era guineense não concordou. Então o Ministro da Segurança, Constantino Teixeira (Tchoutchou), arranjou a maneira de o matar, fingindo que houvera um acidente com o carro que o transportava.

P: O Marcelino da Mata actualmente é tenente-coronel?

R: Sou, mas graduado. Ainda ganho como capitão. Depois de ter ganho todas aquelas condecorações, incluindo a Torre e Espada, deixaram-me a vencer apenas com o vencimento de capitão, quando vejo tipos como o Quinhones de Magalhães e o Mário Tomé, os mentores da extrema-esquerda e dos que me torturaram no RALIS, com a carreira reconstituída e promovidos a coronel. Nem dá para acreditar... Ou como o Marques Júnior, que apenas fez um estágio de alguns meses na guerra, também a receber como coronel, depois de ter “ganho” a condição e o estatuto de DFA nas bancadas da Assembleia da República. Parece que até veio a receber os vencimentos retroactivos, o que os outros DFAs não conseguiram. E eles é que são agora os “pais da Pátria” e vão fazendo desaparecer as Forças Armadas Portuguesas...

Notas:

(1) *Marcelino da Mata nasceu em 7-5-1940, na Guiné e foi incorporado em 3-1-1960, em Bolama. Condecorado com uma Medalha de Cruz de Guerra de 2.ª classe em 20-8-1966 e outra de 1.ª classe, em 20-6-1967, viria a ser distinguido com a Torre e Espada, Valor, Lealdade e Mérito em 10-9-1969. Foi ainda condecorado com duas medalhas de Cruz de Guerra de 1.ª classe, em 20-6-1971 e em 1-10-1973; e outra de 3.ª classe, em 15-9-1973, como alferes graduado.*

(2) *A 16.ª C.Cmds regressou a Lisboa em 24-6-1970.*

(3) *O COE tinha sido fundado pelo Comandante Alpoim Calvão em meados de 1970. Depois o Major Cav.ª Alves Ribeiro acabara por o reestruturar pela directiva n.º 14/71 de 29-7-1971, que além de coordenar as forças africanas existentes (C.Cmds Af.; Dest.s de Fuzileiros Especiais Af. e companhias de milícias) passou a poder contar com o Gr.Cmds Af. do então 2.º Sarg Marcelino da Mata.*

(4) *In Rui Rodrigues (coord.). Os Últimos Guerreiros do Império. Lisboa, Ed. Erasmos, 1995, p. 207.*

(5) *Esta diligência a ser feita por uma equipa da SIC acabaria por ser adiada.*

(6) *O General António de Spínola esteve de férias, no Buçaco, na 2.ª quinzena de Agosto de 1974. In Boaventura Sousa Santos e outros. O Pulsar da Revolução”. Porto, Ed. Afrontamento, 1997, p. 138.*

XII Considerações Finais

1. Os “ventos da História” e a degradação da posição portuguesa na ONU.

Apesar de alguns meus amigos, intrépidos combatentes do ultramar (com brilhante capacidade de análise sobre os fenómenos políticos e económicos da actualidade), não aceitarem como válida a argumentação dos designados “ventos da História” em relação ao sucedido em 1974/1975 e ao fim do “império colonial português”, não posso deixar de fazer esta abordagem em ligação com os então decorrentes ataques contra Portugal, na ONU.

Segundo uma comissão de universitários patrocinada pelo Instituto Democracia e Liberdade (CDS), autora de um trabalho sobre a descolonização portuguesa até finais de 1977, e publicado dois anos depois, ***“foi particularmente intensa a campanha contra Portugal no seio da ONU, no período imediatamente anterior ao 25 de Abril”***.

Como vemos através das declarações de Amílcar Cabral a congressistas americanos em 1970 (ver anexo 1), este *leader* do PAIGC, já nessa altura, conseguia movimentar-se com alguma facilidade nos meios internacionais e diplomáticos.

E apesar da melhoria conseguida nas relações Portugal/ONU, aquando da posse de Marcello Caetano em 1968, como resultado do esforço feito nesta organização internacional pelo bloco afro-asiático, foram criados grandes constrangimentos à diplomacia portuguesa. Assim, como afirmam aqueles investigadores, “na sequência das resoluções da ONU de 1969 e 1971, Portugal viria a ser completamente substituído pelos movimentos de libertação, nas suas agências especializadas e em organismos internacionais. De algumas dessas agências técnicas, transformadas em areópagos políticos, ia Portugal *in extremis* saindo, como aconteceu com a UNESCO e com a FAO, para evitar a expulsão eminente ou para si insustentável presença de movimentos de libertação, que combatia nos territórios africanos”.

2. A unanimidade de todos os países contra Portugal e uma ideia original de Amílcar Cabral.

Em 1972, a situação na ONU agravar-se-ia para Portugal. O PAIGC conseguiu convencer este organismo internacional da existência de “zonas libertadas” e que lá se deslocasse uma missão da ONU.

Entretanto Amílcar Cabral relançou a ideia de que “somos tratados como um povo a nível internacional”. Assim segundo Luís Cabral (ver entrevista

em anexo), o *leader* do PAIGC passou a dizer que “*já passámos de uma colónia para um país soberano, com áreas ocupadas por forças estrangeiras.*”

Recorde-se ainda que as improvisadas “votações” para a Assembleia Nacional Popular, realizadas ao longo de vários meses, terminaram em Outubro de 1972.

Na sequência disso, Amílcar Cabral iria discursar como observador na Comissão Especial para a Descolonização, também em Outubro desse ano. E, no mês seguinte, numa votação do Conselho da Segurança/ONU, pela primeira vez, uma moção foi aprovada por unanimidade, incluindo os três países da NATO que habitualmente não o faziam. Nessa resolução era recomendado que Portugal iniciasse negociações em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, com vista à autodeterminação.

3. As frustrações de António de Spínola e a morte de Amílcar Cabral.

Terá havido, desde 1970, um projecto para levar o General Spínola à Presidência da República nas “normais eleições” de Julho de 1972. Tal, segundo alguns indícios, teria a cobertura norte-americana, e “encaixava-se” no desiderato da negociação de paz com o PAIG.

A candidatura de António de Spínola, segundo Almeida Bruno (ver depoimento em anexo 2), seria feita dentro do regime e sem sobressaltos, mantendo-se Marcello Caetano à frente do Governo.

A partir de meados de Maio de 1972, essa questão não viria a ter o desenvolvimento necessário aos fins a atingir, pois Marcello Caetano proibiu António de Spínola de iniciar os contactos com o PAIGC, apesar do encontro preparatório no Senegal, entre ele, Governador da Guiné, e o Presidente Senghor do Senegal. Spínola ainda manteve a porta aberta, mas, em Outubro, depois de uma proposta de Amílcar Cabral para se encontrarem, tal não viria a ser autorizado por Marcello Caetano. Este, perante a cara escandalizada de Spínola terá dito: “*É preferível uma derrota militar na Guiné, a negociar com terroristas*”. Esta posição, assim como o fantasma da possível repetição do sucedido na Índia, passariam a estar presentes durante o desenrolar do movimento reivindicativo dos capitães, iniciado em Agosto de 1973 em Bissau, até à sua politização imparável em Janeiro de 1974, como resultado da afronta dos colonos da Beira (Moçambique) aos militares.

E, apesar da morte de Amílcar Cabral em Janeiro de 1973, todos os seus projectos seriam levados por diante (ver afirmações de Luís Cabral em anexo 3).

4. O agravamento da situação militar e a proclamação da independência em 1973

A partir do primeiro trimestre de 1973 ocorreu o recrudescimento das operações militares apoiadas pelos mísseis terra-ar Strela fornecidos pela URSS, e que tinham sido pedidos em Dezembro, pelo *leader* do PAIGC, na sua visita habitual (anual) a Moscovo.

Mas, apesar da posição derrotista de Almeida Santos, quando afirma que “a guerra estava de antemão perdida”, de acordo com as afirmações do General Bettencourt Rodrigues, que substituíra António de Spínola, “(depois do 2.º trimestre de 1973) a acção do inimigo reduziu-se às proporções anteriores, para apresentar um nítido recrudescimento a partir de Março de 1974, o que correspondia, como já se referiu, ao que poderemos chamar o «ciclo de trabalho» do inimigo”. Lembro que neste mês (em 21), seria desencadeada a Operação Neve Gelada, onde foi empenhado todo o Batalhão de Comandos da Guiné, com assinalável êxito. Tal é salientado neste livro pelo Coronel Raul Folques e pelo ex-Furriel Graduado Julde Jaquité Semedo. (ver anexos 12 e 23)

Também Aristides Pereira, secretário-geral do PAIGC (ver anexo 5) viria a afirmar que “a capacidade militar do PAIGC, por altura do 25 de Abril, não seria maior que a das tropas portuguesas, na medida em que estas estavam bem apetrechadas (...)”. Assim, a superioridade militar de Portugal na Guiné, em 1972, quando os dois lados pretendiam negociar, terá diminuído ao longo do ano de 1973, acompanhando a degradação da posição portuguesa verificada nos fóruns internacionais e diplomáticos.

Recorde-se que a proclamação da independência da Guiné-Bissau em 24-9-1973, na área de Madina do Boé, seria logo reconhecida por 88 países.

Em Novembro, a Assembleia-Geral da ONU, de acordo com o projecto de Amílcar Cabral, declarava ser ilegal a presença de soldados portugueses no território. Nesta altura já seriam 96 estados a reconhecer a República da Guiné-Bissau.

Depois seria o 25 de Abril, o cessar-fogo unilateral do PAIGC e as precipitadas negociações para a entrega do poder...

5. Os fuzilamentos clandestinos e a cultura de violência residual

Enquanto o PAIGC de Nino Vieira, após o golpe de 14 de Novembro de 1980, falava em 500 pessoas executadas nas matas de Cumeré, Portogole e Mansabá, outras fontes referem-se a mais de mil indivíduos mortos desde a

independência e até àquela altura. É precisamente o que afirma o já referido ex-furriel “comando” Julde Semedo. (depoimento em anexo 23).

Numa segunda notícia do jornal Nô Pintcha, do PAIGC (quinze dias depois), já aparece acrescentado um outro local de matanças – Farim.

Mas, ainda antes do golpe de 14-11-1980, notícias denunciando números mais elevados foram sendo divulgados. Como registado anteriormente, o então General António de Spínola falou em milhares de mortos, no seu livro “Ao Serviço de Portugal”. E o jornalista italiano Piero Franzini, no semanário “Gente”, transcrito por “A Rua” de 10-5-1979, afirmava que “em quatro anos de independência setenta mil pessoas foram mortas na Guiné-Bissau ou encarcerados em *goulags* de características nitidamente soviéticas”.

Assim, *num sistema de terror e de clandestinidade em que todo este processo se desenrolava*, será muito difícil apurar o número de pessoas fuziladas, onde terão que ser também incluídas as presas no Senegal e entregues às autoridades guineenses, ao abrigo de um acordo de segurança, entre os dois países.

Mesmo depois da saída de Luís Cabral do poder e da ruptura com Cabo Verde, ao longo dos tempos têm vindo a suceder crises políticas, que seriam resolvidas com fuzilamentos, como foi o caso ocorrido em Outubro de 1985, em que seria passado pelas armas, entre outros, o anterior n.º 2 do General Nino Vieira, o Coronel Paulo Correia.

Esta cultura de violência, que tem perdurado ao longo dos anos, terá diminuído, com a abolição da pena de morte na década de noventa.

Termino lembrando com tristeza e lamentando o estado de miséria e de desigualdades sociais a que chegou a generalidade dos países do continente africano, com grandes responsabilidades para os países mais desenvolvidos, apenas por falta de interesse e de solidariedade. Os congressistas americanos, quando entrevistavam Amílcar Cabral, em 1970, já manifestavam preocupação com as rivalidades tribais. (ver anexo 1) Infelizmente o futuro viria a confirmar esses temores.

Miguel Freitas da Costa (“*Futuro-Presente*” de Set./Out. de 2005) fazia este significativo comentário:

Pobre África nossa. Na Serra Leoa, na Libéria, no Ruanda e no Burundi, no Congo, na Rodésia, no Sudão ... (a lista não tem fim), os morticínios, as brutalidades e misérias, a balbúrdia sanguinolenta e vesga ameaçam tornar-se irremediavelmente proverbiais. São o pão nosso de cada dia das martirizadas populações africanas: o pão – como se dizia – que o diabo amassou.



Tenente-Coronel Marcelino da Mata (o oficial mais condecorado na Guerra do Ultramar 1961-1974), com Marques de Abreu e José Dinis à sua esquerda e Mário Fitas à sua direita.